

## EDITORIAL

A pandemia que assola o mundo e, em especial, o Brasil é o assunto que domina as nossas vidas há quase um ano e meio. Isso se deve não só à tristeza diária diante do número de mortes que poderiam ter sido evitadas se medidas responsáveis tivessem sido tomadas a tempo, mas também porque a pandemia alterou as formas de viver, de trabalhar e de produzir de um número significativo de pessoas, dentre as quais possivelmente se insere o público-leitor da revista *Politeia*, composto majoritariamente por professores e estudantes universitários. A rotina mudou e, com ela, um vocabulário novo emergiu em nosso cotidiano. Após algum estranhamento inicial, palavras e expressões como “aulas remotas” e “atividades síncronas” e “assíncronas” já nos soam familiares e são utilizadas com alguma desenvoltura por nós. No caso dos pesquisadores, a pandemia mostrou também a falta que as bibliotecas, museus, arquivos e instituições de pesquisa nos fazem, além da importância de uma política de digitalização de acervos, comprovada na apreensão que causou a todos a retirada do ar de plataformas como a Hemeroteca Digital ou a Brasileira Fotográfica por algumas semanas.

Produzir ciência nos últimos tempos tem sido difícil. Igualmente complicado tem sido publicizá-la. Tanto no que se refere às dificuldades de produção quanto às de divulgação, a responsabilidade, entretanto, não pode ser creditada apenas à pandemia, apesar da sua importância. Mesmo antes dela, os cortes nos recursos destinados à pesquisa no Brasil já acenavam para um cenário desalentador, em especial para os pesquisadores e os periódicos de História. O último edital do CNPq destinado ao apoio de revistas acadêmicas, de 2019, não contemplou nenhum dos periódicos da área. Em 2020, não houve sequer uma nova chamada com essa finalidade. Se esses editais já tendem a privilegiar revistas estabelecidas, dessa vez nem elas puderam contar com o apoio de uma das principais agências de fomento do país. Muito triste é já começar a ver os impactos dessa política. Recentemente, os editores da revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, ligada ao Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea da Universidade de Brasília, anunciaram o término dos trabalhos do periódico que existiu ininterruptamente desde 1999. O motivo do encerramento das atividades foi justamente a impossibilidade de manter uma revista acadêmica sem recursos que sustentassem minimamente o trabalho de editoração dos artigos.

Vale lembrar que a *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, como também as revistas da área de História, inclusive a *Politeia*, são periódicos de acesso aberto e gratuitos. Os autores não apenas não pagam para terem seus artigos avaliados e publicados, como os leitores também têm acesso livre aos textos. Para nós, pesquisadores brasileiros, acostumados com as revistas da área de história, isso pode parecer uma situação comum, mas não é. Esse quadro não só não é o mesmo para outras áreas do conhecimento ou para pesquisadores de outros países – em que taxas para publicar e acessar artigos são realidades comuns –, como também só pode ser construído, da forma como conhecemos, porque os

periódicos brasileiros puderam contar com recursos públicos para o funcionamento deles. Assim, nada mais desejável do que publicar os resultados de uma pesquisa financiada com recursos públicos em uma revista acadêmica que pode ser acessada ampla e gratuitamente. Infelizmente, as duas pontas deste processo – a produção e a divulgação – estão sendo inviabilizadas nesse momento no Brasil. Assim, o lançamento de mais um número da revista *Politeia* tem de ser festejado como uma forma de resistir a esse cenário difícil para a produção científica nacional. Fruto do trabalho de cooperação entre editores, autores e pareceristas, a revista se mantém, disponibilizando, em acesso aberto, artigos inéditos de pesquisas relativas à História e a outras ciências humanas.

Neste número, o leitor terá acesso a um dossiê temático sobre os 200 anos do fim do Tribunal do Santo Ofício português. Uma reflexão maior sobre o tema e os artigos que compõem o dossiê poderá ser encontrada na apresentação feita pela Profa, Grayce Mayre Bonfim Souza (Uesb), organizadora da proposta juntamente com o Prof. Luiz Mott (Ufba). Além dos sete textos que compõem o dossiê, a revista apresenta diversas outras contribuições.

Na seção Ensaio, André Luis de Lima Carvalho (Ufba) discute as temáticas do Antropoceno, das abordagens decoloniais e das epistemologias do sul em seu artigo intitulado “Os caboclos já chegaram – por uma escuta multiespécies das vozes do Antropoceno”. Neste texto, o autor entende que o estudo do Antropoceno envolve ao menos dois movimentos por parte do pesquisador. O primeiro deles significa entender como chegamos à situação de desequilíbrio em que vivemos. O segundo, pressupõe pensar outras formas de existência, já que o Antropoceno, como ele mesmo afirma, está “com os dias contados”. Um ensaio provocador sobre o papel do conhecimento em direção a uma nova “ecologia de saberes”, na expressão de Boaventura de Sousa Santos.

A seção de artigos livres abre com o texto de Alex Rogério Silva (UFSCar): “As representações do diabo e do monstruoso nas *Cantigas de Santa Maria* de d. Alfonso X, o sábio”. O autor trabalha com um material bastante rico, que são os manuscritos produzidos em galego-português na corte de Alfonso X (século XIII), procurando analisá-lo à luz do conceito de representação, tal como propõe Roger Chartier. Alex Rogério Silva parte, portanto, de duas das *Cantigas de Santa Maria* para entender como o diabo e o monstruoso são representados ali. O leitor verá que este estudo se detém na análise de certo imaginário presente na Idade Média Ibérica sobre a figura do judeu, muitas vezes associada ao diferente e ao maligno.

Em seguida, temos o texto de Maria Helena Ochi Flexor, professora emérita da Universidade Federal da Bahia. O leitor encontrará aqui uma reflexão sobre o conceito de trabalho no século XVIII, sobretudo acerca do discurso produzido em torno da “ociosidade”, da “vagabundagem” e da “preguiça”, palavras muitas vezes empregadas por autoridades coloniais e viajantes para caracterizar as populações de determinadas regiões ou, ainda, os indígenas e os negros.

O próximo artigo, “‘Vão-se os partidos, mas fica a Arena’: a formação da Arena e as disputas políticas no estado do Amazonas (1964-1966)”, é uma contribuição de Cesar Augusto Queiroz (Ufam)

para os estudos sobre a ditadura civil-militar na região norte do país. O autor busca analisar os impactos do Ato Institucional nº2 na reestruturação partidária no estado do Amazonas, considerando as disputas políticas já existentes na região antes do golpe de 1964. Ele mostra como o AI-2 acabou por promover o afastamento de certas forças políticas, enquanto permitiu a (re)emergência de lideranças tradicionais, que passaram a exercer influência no Diretório Estadual da Arena.

Também sobre a temática da ditadura civil-militar, o leitor ainda terá a oportunidade de conhecer o estudo sobre a imprensa católica no período, realizado por Vera Lucia Michalany Chaia e Newton Leonardo Silva, ambos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Neste texto, os autores se debruçam sobre o jornal da Cúria Metropolitana de São Paulo, intitulado *O São Paulo*, mostrando como certos setores da Igreja Católica, a despeito da forte censura e repressão da época, encontravam espaço para se contrapor ao governo ditatorial do General Médici.

Em “‘Imaginação que deu certo’: mobilização para a criação do município de Varzedo, Bahia-Brasil (1985-1989)”, Antonio Jorge Souza Amorim analisa o fenômeno de formação de novos municípios, ocorrido no Brasil na segunda metade do século XX, a partir de um caso particular: o da vila de Varzedo, localizada na Bahia. O processo de emancipação da localidade ocorreu entre 1985 e 1989 e Amorim busca entender os discursos favoráveis e desfavoráveis à autonomia político-administrativa da região.

Fechando a seção de artigos livres, temos o texto “Diáspora, Conversão, Assimilação. De Sefarad סְפָרַדִּי e Zarfat צרפת às terras do Tio Sam: ao encontro do (novo) Protestantismo anglo-saxónico”, do professor Joseph Abraham Levi, da George Washington University. Neste estudo, o professor Levi analisa os quatro séculos de diáspora que marcaram as diferentes correntes migratórias dos judeus Sefardim em direção a várias regiões. A questão principal do texto refere-se à assimilação desses povos, sobretudo em áreas como o Canadá e os EUA, de forte tradição protestante.

Por último, mas não menos importante, a seção de resenhas conta com a contribuição de Philipe Santana (Instituto Federal da Bahia), que analisa o livro de Renata Ferreira de Oliveira, “Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais”, publicado em 2020 pela editora Sagga. Este estudo é fruto da dissertação defendida pela autora na Universidade Federal da Bahia.

Desejamos a todos e todas uma leitura proveitosa dos instigantes textos que compõem este número da revista *Politeia*.

Ana Paula Sampaio Caldeira  
Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais  
Membro do Conselho Editorial da Revista *Politeia*